

CNSP participa de fórum na ALESP pleiteando subteto salarial único no estado de São Paulo

PÁG. 5**PÁG. 2****Palavra do Presidente: Decisão do STF atenta contra aposentadoria dos servidores****PÁG. 3****Um manifesto pela aprovação da PEC 555****PÁG. 6****CNSP lança novo plano de comunicação**

Palavra do Presidente



Antonio Tuccilio, Presidente da CNSP.

Decisão do STF atenta contra aposentadoria dos servidores

A recente decisão liminar proferida pelo Ministro Alexandre de Moraes nas Consultas TC-006395.989.23-9 e TC-006449.989.23-5 suspendeu os entendimentos proferidos pelo TCE/SP sobre a contagem de tempo relativo ao período da pandemia (maio/2020 a dezembro/2021) para fins de aposentadoria de servidores públicos.

Entendemos que a referida decisão vai de encontro aos princípios de justiça e equidade que deveriam nortear o sistema jurídico brasileiro. O TCE/SP, ao responder aos questionamentos dos Municípios locais, baseou suas considerações no contexto excepcional trazido pela pandemia da COVID-19 e na busca pelo equilíbrio fiscal necessário para enfrentar tal situação. A decisão do Ministro, ao suspender esses entendimentos, parece desconsiderar o contexto de crise sanitária e econômica que o país vivenciou em passado recente e que ainda traz consequências.

Expressamos nosso repúdio a essa decisão e instamos as autoridades competentes a reavaliarem o entendimento adotado, levando em consideração os princípios de justiça, equidade e proteção dos direitos dos servidores públicos. Entendemos que a atuação do Poder Judiciário deve ser pautada pelo respeito aos direitos dos servidores públicos, sem abrir margem para o enfraquecimento de conquistas legítimas.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Antonio Tuccilio'.

Antonio Tuccilio
Presidente da CNSP

Um manifesto pela aprovação da PEC 555

Em 2003, o Congresso aprovou a EC nº 41, que instituiu o início do desconto previdenciário aos proventos de servidores inativos, rasgando a Constituição ao reduzir salários. Em 2006, a PEC 555 propôs o fim dessa cobrança absurda. Apesar de seguir todos os trâmites previstos na CF, está engavetada há anos, sem chance de debate e votação em plenário.

Trocando em miúdos, a EC 41 estabeleceu que, após anos de trabalho duro e dedicação ao

Estado, o servidor público se aposenta, mas continua pagando a previdência. Ora, se a contribuição mensal, em teoria, serve para que possamos ter o merecido descanso ao final da vida, esse dinheiro vai para onde? Para quem?

Trata-se, portanto, de uma questão de justiça e igualdade de tratamento, pois essa cobrança é uma imposição que penaliza a renda dos servidores inativos, que dedicaram uma vida ao serviço público. Ao isentar essas

contribuições, a PEC 555 alivia o peso financeiro sobre os aposentados, oferecendo-lhes uma vida mais digna e tranquila.

O debate acerca da PEC 555 deve ser uma prioridade, pois a eliminação dessa cobrança absurda valoriza os anos de dedicação ao serviço público e estimula a permanência desses profissionais no serviço estatal. É fundamental promover um sistema previdenciário justo e sustentável, que valorize os servidores e não puna os aposentados.

Em defesa dos professores da rede pública de ensino

Professores são heróis anônimos, que enfrentam diariamente adversidades e obstáculos, muitas vezes trabalhando em condições precárias e com baixos salários. Dedicam sua vida à formação de cidadãos conscientes, críticos e capazes de contribuir positivamente para o país. É injusto que sejam frequentemente desvalorizados e desrespeitados.

A CNSP, em nome de todos os cidadãos brasileiros comprometidos com a educação e o desenvolvimento do país, reconhece o papel essencial que os educadores desempenham na constru-

ção de uma sociedade mais justa, igualitária e preparada para os desafios do futuro.

Ser um educador no Brasil é um desafio complexo. Esses profissionais são orientadores, mentores e modelos a serem seguidos por seus alunos; são responsáveis por despertar o desejo de aprender, instigar a curiosidade e moldar caráter. Por isso, é fundamental que a formação inicial e contínua dos professores seja valorizada e aprimorada, para que possam estar sempre atualizados e preparados para enfrentar desafios. Um futuro

melhor passa, obrigatoriamente, por uma educação de qualidade.

Professores são agentes de transformação e, por isso, reafirmamos nosso compromisso em defender seus direitos, em lutar por melhores condições de trabalho e em promover uma cultura de valorização da educação e dos educadores. Só assim poderemos construir um país onde a educação seja prioridade e onde os educadores sejam reconhecidos e respeitados pelo papel essencial que desempenham na construção do futuro que almejamos.

O Supremo da justiça do compadrio e o papel vergonhoso da OAB Nacional acometida da síndrome do tatu-bola



Dr. Julio Bonafonte, Diretor Jurídico da CNSP.

Em tempos de festa junina, o compadrio aflora no país. É importante definir o compadrio como a prática em que amigos e parentes são favorecidos, de maneira ilegal, em detrimento de pessoas mais competentes ou aptas – favoritismo e nepotismo. Como não se indignar com o rumo atual dos acontecimentos e condutas sem escrúpulos que se assiste constantemente no país da impunidade e da corrupção? Não é o Brasil que queremos. Não é o verdadeiro estado democrático de direito. A cidadania e a brasilidade não autorizam e nem aceitam transformar a Justiça em negociata.

O 8 de janeiro trouxe prejuízos

materiais, destruindo os móveis do Supremo, o que é menos pior do que rasgar e descumprir os princípios da moralidade e da legalidade, manchando a Constituição Federal. Nomear Ministro do Supremo quem foi seu Advogado, ou permitir, sem quarentena, que Ministro recém aposentado defenda corruptos, emitindo pareceres e disputa bilionária, após em processo decidir arquivar por prescrição a cobrança do Tribunal de Contas da União de 670 milhões ao BNDI é ferir de morte a honestidade. Sem contar a atuação do ex-presidente Temer e do ex-governador Dória do outro lado da disputa Paper Excellence.

“A cidadania e a brasilidade não autorizam e nem aceitam transformar a Justiça em negociata.”

E a síndrome do tatu-bola quer acometeu a OAB Nacional? O tatu-bola se esconde, em sua defesa, ao ser atacado pelos seus predadores – onça e jaguatirica – mas a nossa OAB se omite, se esconde como instituição, nada denuncia ou questiona, como se nada estivesse aconte-

cendo. O esconderijo da OAB é tão insólito e de uma passividade de fazer inveja às tartarugas, pois a síndrome do tatu-bola, de triste lembrança como símbolo da copa do mundo de futebol de 2014, em que o Brasil escondeu o seu jogo e apanhou da Alemanha de 7x1, volta a estimular a letargia no campo do Direito, mostrando sua incapacidade de reagir, com flagrante apatia e desinteresse.

É necessário reagir; não é cabível tão curta memória que não lembra dos mensalões, lava-jato, um mar de corrupção, genocídios de vacinas/covid19 e tantos outros descalabros. São cassações de mandatos sem ampla defesa, e ameaças como prêmio a quem buscou punir. Não precisamos perguntar “que país é esse?”, porque sabemos que é o nosso Brasil, que é maior do que todos esses “maus brasileiros”, mas chegou a hora de bradar a moralidade e a legalidade, para que as próximas gerações tornem o futuro a melhor realidade que o país merece.

Julio Bonafonte
Diretor jurídico da CNSP

CNSP participa de fórum na ALESP pleiteando subteto salarial único no estado de São Paulo

Em 24 de agosto, o Presidente da CNSP, Sr. Antonio Tuccilio, juntamente com representantes da SINDALESP, SINAFRESP, AOPM, DEFENDA PM e Associação dos Delegados de Polícia do Estado de São Paulo, participou de fórum na Assembleia Legislativa de São Paulo (ALESP) para discutir a implantação de um subteto remuneratório único no estado de São Paulo. As entidades signatárias do ofício apresentado à Presidência da Casa são integrantes do Fórum de Entidades pela Fixação do Subteto Remuneratório Único no Estado de São Paulo.

A questão em pauta, que afeta várias categorias de servidores, é uma reivindicação de anos da

CNSP. Trata-se da necessidade de que seja estabelecido um limite remuneratório unificado (o chamado “subteto”) para todas as categorias de servidores públicos, de acordo com medida prevista no § 12 do artigo 37 da Constituição Federal. O referido dispositivo foi inserido na Carta Magna pela Emenda Constitucional nº 47, e veio abrir a cada Estado-Membro da Federação a oportunidade de regular tema em consonância com a especificidade de suas condições administrativas, financeiras e orçamentárias.

A matéria já foi objeto de deliberação na ALESP no passado. Aprovada em Plenário, foi promulgada como Emenda Consti-

tucional nº 46 em 2018. Todavia, foi declarada inconstitucional por vício de iniciativa e por ter invadido a competência dos municípios. Portanto, não tendo havido por parte do Parlamento – e nem por parte do Judiciário – rejeição ao mérito da proposta, trata-se, agora, de possibilitar que ela seja reexaminada pela via da iniciativa governamental.

O pleito das signatárias é que se construa um entendimento político entre o Poder Legislativo e o Poder Executivo, visando a que Sua Excelência, o Sr. Governador, encaminhe à ALESP uma Proposta de Emenda Constitucional que venha solucionar, de forma cabal, essa tormentosa pendência.



CNSP lança novo plano de comunicação



No dia 27 de julho, aconteceu o evento de lançamento do novo plano de comunicação da Confederação Nacional dos Servidores Públicos. Além de apresentar nosso novo logo, o encontro também marcou o início de uma transformação em nossa abordagem comunicativa. A partir de agora, a CNSP será mais moderna e mais digital. Com a presença enérgica do presidente Antônio Tuccilio, e com a participação de representantes de diversos setores da Instituição, este evento de lançamento não apenas celebrou nossa transformação, mas também destacou

nossa dedicação em estarmos sempre atualizados.

Através da criação de uma nova identidade visual elaborada para se alinhar com os tempos contemporâneos, a CNSP está se redefinindo. Esta nova identidade reflete não só nossa história e valores, mas também incorpora nossa visão do futuro. Cada traço do novo logo carrega consigo a força de nossos 30 anos de dedicação incansável à causa dos servidores públicos brasileiros, ao mesmo tempo que nos posiciona como uma entidade moderna, que acom-

panha o avanço das novas tecnologias e se aproxima dos mais jovens.

Nosso plano de comunicação renovado é uma virada estratégica em direção à era digital. Reconhecendo a influência onipresente da tecnologia, estamos empolgados em anunciar que adotaremos, a partir de agora, uma abordagem mais voltada para o virtual. As plataformas online se tornarão nossos principais canais de comunicação, proporcionando uma interação mais dinâmica e instantânea com a sociedade e todos vocês.



Convidamos todos vocês a embarcarem nesta nova etapa da jornada da CNSP. Cada postagem, cada compartilhamento, cada conexão online, será fundamental para garantir que a CNSP esteja sempre presente, pronta para ouvir, responder e compartilhar informações valiosas. Esta nova fase não apenas promete conteúdos enrique-

cedores, mas também um relacionamento mais próximo e envolvente. A CNSP, ao longo de três décadas, tem se empenhado incansavelmente em elevar o patamar do funcionalismo público brasileiro, e essa missão se fortalece agora, impulsionada por uma comunicação avançada e estratégica.



Parabéns, filiadas!

A CNSP parabeniza suas filiadas por mais um ano de trabalho duro em favor dos direitos do servidor público:

Federação das Associações Sindicais e Profissionais de Servidores da Prefeitura do Município de São Paulo - FASP-PMSP

12 de junho - 34 anos

Federação dos Sindicatos e Associações de Servidores Públicos em Pernambuco - FESIASPE

13 de junho - 66 anos

Federação das Entidades dos Servidores Públicos do Estado de São Paulo - FESPESP

24 de junho - 71 anos

Associação dos Servidores da Justiça do Rio Grande do Sul - ASJ-RS

01 de julho - 79 anos

Associação dos Funcionários da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo - AFALESP

09 de julho - 76 anos

Associação Nacional dos Auditores de Controle Externo dos Tribunais de Contas do Brasil- ANTC

10 de agosto - 11 anos

Associação dos Funcionários Públicos do Estado da Bahia - AFPEB

20 de agosto - 105 anos

Em junho, nos despedimos de um grande parceiro na luta em favor dos servidores públicos.



Luciano Albuquerque Florêncio

Vice Presidente da 8ª Região (CNSP)

A CNSP manifesta o mais profundo pesar por essa perda irreparável. Continuemos honrando o trabalho realizado em vida por nosso amigo.

O INFORMATIVO CNSP É O ÓRGÃO DE COMUNICAÇÃO OFICIAL DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS

DIRETORIA: Antonio Tuccilio (Presidente), Amaro de Mello Vasconcellos (2º Vice-Presidente), Lucieni Pereira da Silva (Diretora de Assuntos da Área Federal), Rafael Rodrigues Aguirrezábal (Diretor de Assuntos Municipais), Luiz Manoel Geraldes (Secretário Geral), Mauro Rodrigues Pinto (1º Secretário), Wagner Dalla Costa (Diretor de Finanças), Lizabete Machado Ballesteros (Diretora Adjunta de Finanças), Julio Bonafonte (Diretor Jurídico), Gaspar Bissolotti Neto (Diretor de Imprensa e Divulgação), Rita Amadio de Brito Andrade Ferraro (Diretora de Assuntos Parlamentares), Valdir Suzano (Diretor de Assuntos Internacionais e Integração) e João Carlos Milani Santos (Diretor de Assuntos da Área Estadual). VICE-PRESIDENTES REGIONAIS: Paulo Sebastião Gonçalves Olympio (Vice-Presidente da 1ª Região - Rio Grande do Sul e Santa Catarina), Álvaro Miguel Rychuv (Vice-Presidente 2ª Região - Paraná e Mato Grosso do Sul), José Gozze (Vice-Presidente da 3ª região - São Paulo), Derly Ávilla Corrêa (Vice-Presidente da 4ª região - Rio de Janeiro e Espírito Santo), Manoel Do Nascimento (Vice-Presidente 5ª Região - Mato Grosso e Rondônia), José Carlos Cosenzo (Vice-Presidente da 6ª Região - Minas Gerais), Carlos Kauark Kruschewshy (Vice-Presidente 7ª Região - Bahia e Sergipe), Luciano Albuquerque Florêncio (Vice-Presidente da 8ª Região - Alagoas, Pernambuco e Paraíba), Djalma Pires (Vice-Presidente da 9ª Região - Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí), Adherbal Silva Pompeo (Vice-Presidente da 10ª Região - Maranhão, Pará, Amazonas, Acre, Roraima e Amapá), João Batista Teixeira (Vice-Presidente 11ª Região - Goiás, Tocantins e Distrito Federal). CONSELHO FISCAL: Gilmar Belluzzo Bolognani, Carlos Roberto Martins de Lima e Nivaldo Campos Camargo. SUPLENTE: Eduardo Pereira Quadros Souza. PRESIDENTES EMÉRITOS: Wilson Ribeiro e Brasil Paraná de Cristo (in memoriam).

COORDENAÇÃO GERAL: Antonio Tuccilio. REDAÇÃO E EDIÇÃO: Marcela Caseiro. PROJETO GRÁFICO E DESIGN: Carolina Oliveira, Henrique Huluany e Murilo Almeida. TIRAGEM: 400 exemplares. CNSP: www.cnsp.org.br | cnsp@cnsp.org.br | (11) 3105-7940. Rua Bittencourt Rodrigues, 88 - 6º andar - São Paulo/SP - CEP 01017-010.